



5680 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)  
 GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

A AUTOFORMAÇÃO DAS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS E A QUALIDADE DO ENSINO  
 Maria Gerlaine Belchior Amaral - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

### A AUTOFORMAÇÃO DAS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS E A QUALIDADE DO ENSINO

#### RESUMO

O presente texto focaliza a autoformação de professoras que atuam no 1º ano do Ensino Fundamental (alfabetização). Tem por objetivo aprofundar análises sobre os impactos da autoformação na prática de ensino das professoras que exercem a docência no âmbito do processo de alfabetização e letramento das crianças. Busca investigar se essas profissionais vivenciam intencionalmente práticas autoformativas e, se tal prática lhes propicia apreender metodologias inovadoras. Trata-se de uma pesquisa em curso, em nível pós-doutoral a qual busca não apenas conhecer, mas também intervir por meio da pesquisa-ação. A problemática da investigação incide, portanto, sobre a necessidade de melhorias no padrão de qualidade do ensino na Educação Básica. O estudo apoia-se no Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) que aponta a Educação Básica como um assunto estratégico e digno da atenção de todo Sistema Nacional de Educação, inclusive do Sistema Nacional de Pós-Graduação e, também em achados de pesquisas que apontam a imperiosa necessidade de uma interlocução mais propositiva entre a universidade e a escola.

**Palavras-chave:** Autoformação Docente. Alfabetização. Ensino. Qualidade Social.

A Constituição Federal (1988), no Artigo 208, Inciso VII preconiza que a educação é um direito público subjetivo. Tal Artigo preceitua que a educação deve efetivar-se em prol da dignidade da pessoa humana. Trata-se de um direito que é base para a aquisição dos demais direitos sociais. Corroborando com esta perspectiva o Anuário Brasileiro da Educação Básica inicia sua edição do ano de 2018 advertindo-nos do significativo papel que a educação tem para minimizar ou perpetuar as desigualdades. De acordo com o referido documento existem evidências científicas suficientes “para afirmar que as principais mazelas das quais a sociedade brasileira padece há décadas – ou, por que não dizer, séculos – relacionam-se a um sistema educativo de baixa qualidade, que amplia e perpetua as diferenças de oportunidades para brasileiros pobres e ricos (ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2018, p.8).

Ao lançarmos um olhar sobre a realidade educacional brasileira identifica-se facilmente que estamos muito distantes de implementar um ensino com qualidade social que transforme vidas e contextos, que promova a dignidade da pessoa humana e, efetivamente, contribua para o progresso e desenvolvimento econômico do País. Exemplo de tal situação são os resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que nos anos de 2015 e 2016 mais de 500 mil estudantes zeraram a prova de redação.

Além dos dados oficiais que escandalizam a todos nós com altos índices de repetência, evasão e distorção idade-série na totalidade do território nacional temos também dados empíricos com os quais nos deparamos em nosso cotidiano. Na instituição onde trabalho é frequente ouvirmos dos graduandos que retornam do Estágio Supervisionado o relato de que se deparam com estudantes da escola pública que embora cursando o 4º ou 5º Ano do Ensino Fundamental não sabem, sequer, assinar o nome. O quadro crítico que permeia a Educação Básica brasileira fez com que o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) apontasse a Educação Básica como um assunto estratégico e digno da atenção de todo Sistema Nacional de Educação, inclusive do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Diante do exposto, é pertinente lembrar a assertiva de Marx que a mais de 150 anos atrás, adverte-nos ‘não basta explicar a realidade. É preciso transformar.’ Olhar para tal contexto interroga-nos sobre o que é possível fazermos enquanto universidade pública para minimizar as mazelas de que padece o sistema educacional brasileiro.

Então, é de domínio público que não há ensino de qualidade, nem sistema educacional que se sustente sem uma consistente formação de professores. Não que este seja o único determinante da qualidade educacional, mas esta é uma imperiosa condição para que melhorias no ensino aconteçam de fato. Partindo desse pressuposto elegemos uma dimensão da formação docente como objeto de estudo: a autoformação.

Para fins de delimitação do objeto optamos por investigar o processo autoformativo das professoras que estão exercendo a docência no 1º Ano do Ensino Fundamental (alfabetização), lotadas no IV Distrito de Educação, da Regional IV, da prefeitura municipal de Fortaleza-CE.

A pesquisa em tela é norteada pelo seguinte questionamento: Como as professoras que estão exercendo a docência no 1º Ano do Ensino Fundamental têm conduzido seu processo de autoformação com vistas a melhoria do padrão de qualidade do ensino? Deste questionamento central decorrem outros: as professoras reconhecem a relevância da autoformação? Que sentido atribuem aos seu processo autoformativo? As professoras reconhecem na autoformação um meio para dinamizar o ensino e superar desafios que emergem do cotidiano? As professoras utilizam-se da reflexão para melhorar o seu modo de ser e agir?

Nesse estudo, busco conhecer, analisar e contribuir com o processo de autoformação das professoras alfabetizadoras, posto que, achados de pesquisa, conhecimentos empíricos e indicadores educacionais, todos sinalizam a necessidade de melhorias do ensino na Educação Básica.

É de domínio público que a formação docente em suas diferentes dimensões – formação inicial, formação continuada e autoformação – se constitui fator preponderante para a melhoria do padrão de qualidade do ensino e, consequentemente, fator determinante de múltiplas transformações, tanto no âmbito pessoal quanto social. Esta pesquisa-ação configura-se, então, como interlocução propositiva entre a universidade e a escola. Investiga-se de que modo as professoras do 1º Ano do Ensino Fundamental têm conduzido seu processo de autoformação, considerando que as descobertas científicas no campo da educação, atualmente, são disponibilizadas por meio das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs).

#### As pedras no caminho...

A problemática a ser enfrentada é a cultura do estudo mínimo, a qual se origina no processo histórico, se manifesta na Educação Básica e se perpetua na graduação. No cotidiano universitário, alguns graduandos limitam-se a estudar o conteúdo necessário para apresentação de Seminários ou de outra atividade avaliativa. Na instituição onde trabalho, uma prática persistente entre os estudantes é a divisão dos textos em partes. Desse modo, cada um ‘ler apenas’ o que vai apresentar no Seminário. Este é um exemplo clássico daquilo que denominamos: cultura do estudo mínimo.

Tal situação causa-nos maior inquietude a partir da compreensão que temos acerca da democratização do saber científico por meio das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTICs). Até bem pouco tempo havia uma reclamação generalizada (dos professores da Educação Básica e dos docentes universitários) da falta de poder aquisitivo de professor para aquisição de livros, além da falta de tempo e de dinheiro para participar de eventos científicos, com a finalidade de apropriar-se das descobertas científicas no campo educativo. Tal argumento hoje cai por terra, uma vez que a internet disponibiliza uma quantidade extraordinária de informações, democratizando saberes das diferentes áreas do conhecimento.

Ao nosso ver, um problema que persiste é a naturalização da ignorância. Na prática o que temos é uma sociedade que ainda ‘não acordou’ para a revolução possível decorrente do acesso às informações que podem favorecer a construção de conhecimentos significativos e potencialmente transformadores. Aprender a Conhecer (DELORS, 2010) ainda é um desafio para professores e estudantes brasileiros.

As professoras alfabetizadoras foram selecionadas como sujeitos da pesquisa-ação porque a questão da alfabetização permanece como um imbróglio no contexto brasileiro. Em 2018, a Pesquisa nacional por Amostra de Domicílio Contínua-Pnad Contínua, mostrou que o Brasil tem ainda 11,8 milhões de analfabetos.<sup>1</sup> O registro que ora faço não nega, nem desconhece as ações realizadas e os avanços obtidos nesta área. Entretanto, o descaso histórico com a educação brasileira não tem como ser resolvido sem uma política de governo consistente e sem a participação efetiva e consciente dos demais segmentos sociais e instituições (família, escola, universidades, entre outros).<sup>1</sup> Disponível em <https://www.valor.com.br/brasil/5234641/ibge-brasil-tem-118-milhoes-de-analfabetos-metade-esta-no-nordeste>> Acesso em 01 de março de 2018.

Isso posto, assinalo que a relevância deste estudo reside na possibilidade de promover de um profícuo diálogo entre a

universidade e a Educação Básica, o qual dar-se-á por meio de uma pesquisa-ação, tendo por objeto de estudo a autoformação das professoras alfabetizadoras.

É pertinente pontuar que a baixa qualidade do ensino, em parte, deve-se a natureza da fragilidade na formação docente, que por sua vez incide sobre o "saber ensinar". A proposta aqui sistematizada, sob a forma de pesquisa-ação, oportuniza o aprofundamento de estudos, contribui para a compreensão de intervenientes formativos que podem incidir na prática 'de ensinar' das professoras. Ao nosso ver, a vivência de práticas autoformativas implicam na constituição de uma profissionalidade dos professores da Educação Básica orientada por uma racionalidade pedagógica que pode conduzir a uma "práxis educativa que abra caminhos de aprendizagens à vida" (THERRIEN, 2006, p. 3). Eis um grande desafio contemporâneo.

Apontamos a seguir alguns elementos teóricos pertinentes a compreensão da temática em apreço.

### **Ampliando o olhar...**

É de domínio público que a formação docente é uma dimensão imprescindível para a efetivação de uma educação com qualidade social<sup>2</sup> em qualquer nível ou modalidade de ensino. Não obstante as inúmeras pesquisas realizadas nesta área, a temática da formação docente está longe de ser esgotada em função das condições históricas de fragilidade do sistema educacional brasileiro.

Convém destacar que o itinerário formativo da docência ocorre nas diferentes fases da vida e em espaços diversos, a saber: na universidade em nível de graduação, nos cursos de pós-graduação, nas formações oferecidos pelas Secretarias de Educação municipais e estaduais e, também, por meio da autoformação. Trata-se, portanto, de um processo contínuo, abrangente e complexo que envolve múltiplas variáveis, uma vez que [...].

2 Sobre qualidade social do ensino na escola pública ver Taffarel et al (2010); Libâneo (2013).

Assim, impõe-se aos pesquisadores educacionais o desafio de pensar a formação docente numa perspectiva cada vez mais crítico-reflexiva, capaz de integrar elementos da dinâmica social às singularidades do professor, sejam elas pessoais ou profissionais. Uma formação capaz de favorecer aos docentes um pensamento mais autônomo e criativo com vistas a uma atuação mais propositiva no cenário educativo. Neste sentido, é relevante pensá-la como um processo de construção de saberes, de partilha de experiências e, também de autoformação.

Na concepção de Nóvoa (2002, p.57-58) "falar de formação contínua de professores é falar da criação de redes de (auto)formação participada, que permitam compreender a globalidade do sujeito, assumindo a formação como processo interativo e dinâmico". Nesta perspectiva, a autoformação é compreendida como processo de tomada de consciência e investimento da própria pessoa em si, no seu processo de desenvolvimento pessoal e profissional. O docente ao tomar consciência do seu agir enquanto sujeito social vai adquirindo autonomia para enfrentar e superar os obstáculos próprios do sistema educacional, os desafios e exigências postos pela sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, suprir as lacunas da sua formação.

Pensar intencionalmente um projeto autoformativo é expressão concreta de um sujeito que alcançou um elevado grau de maturidade profissional capaz de autoavaliar-se, de inquietar-se constantemente a partir do reconhecimento de sua incompletude, do seu 'inacabamento' conforme assinala Freire (2011, p. 57) "é na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente". Tais elementos apontam para a relevância de práticas autoformativas que auxiliem o docente aprimorar-se na dimensão humana, técnica e política, como propõe Libâneo (2013).

A prática da autoformação também expressa o compromisso com o desenvolvimento integral dos discentes e com sua própria formação. Trata-se de um processo contínuo que se constrói e reconstrói em bases cada vez mais sólidas e, é decorrente de um processo intrapessoal de estar sempre à procura de algo, de uma prática educativa inovadora, portanto, dependente de saberes cada vez mais atualizados que respondam às necessidades que emergem do cotidiano. Por isso, a certeza de inacabamento deve ser evidenciada e o docente deve estar cômico da necessidade de sua reconstrução contínua, de igual modo, entender a importância de ressignificar sua prática pedagógica para atender as demandas oriundas da sala de aula. Nesse sentido, a autoformação apresenta-se como alternativa formativa para redimensionar a prática docente (LIBÂNEO, 2008)

Portanto, a autoformação é caracterizada pela responsabilidade que o professor adota para si, pela predisposição profissional de se reconstruir cotidianamente para aprimorar seus conhecimentos e ressignificar sua postura e prática pedagógica. É no campo da reflexão e, também nas interações que os docentes confrontam seus conhecimentos e colocam-se na condição de eterno aprendiz.

O fazer educativo numa sociedade imersa em profundas transformações culturais, políticas, econômicas e científico-tecnológica é como nadar contra a corrente. Assim, o docente tem como desafio permanente a constante atualização de seus conhecimentos, mas sem descartar o que conheceu, antes, conhecendo e assimilando o que agora se conhece. É o ato consciente de Aprender a Aprender. É o que Bateson (apud PORCHEDDU, 2009, p. 668) chama de deuteroprendizagem. Assim, não seria a autoformação o descarte de conhecimentos, mas a ressignificação destes, a atualização, seria agregar conhecimentos significativos para potencializar e aperfeiçoar a prática docente.

O profissional que vivencia práticas autoformativas é um profissional reflexivo. É na reflexividade crítica que o docente aprende ao ensinar e ensina ao aprender, por outros termos, entende a si próprio como sujeito passível de aprendizagem. A inquietação lhe é inerente e, esta, é uma das características da autoformação que impulsiona a reflexão crítica. Nessa perspectiva, Freire (2011, p. 40) adverte que "é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática." Esse ato reflexivo qualifica o fazer docente.

É relevante pontuar que a autoformação é imprescindível e necessária, não para acúmulo de técnicas e saberes, mas para a reflexão crítica sobre o agir docente e, assim, eficaz no desenvolvimento de práticas educativas inovadoras que articulem saberes de experiência, realidade dos educandos e inovação tecnológica. Nóvoa (1992, p. 25) assevera que "a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de reconstrução permanente de uma identidade pessoal". Porém, é imperioso pontuar que esta prática reflexiva pode e deve acontecer tanto num plano coletivo quanto num plano individual.

Os processos autoformativos permitem aos docentes adentrarem nos contextos sociais do educando tornando-os também sujeitos de sua própria formação. Entretanto, o ponto de partida para o 'novo' na educação é o sentido que os docentes atribuem ao seu fazer, como assevera Sacristán (1999, p. 47) "o que fazemos tem relação com o que pensamos". E vice-versa, as concepções que temos do homem, da escola e da sociedade influenciam substancialmente no nosso agir.

A compreensão dessa potencialidade inerente à autoformação nos tem instigado a colocá-la em prática na formação inicial dos estudantes de Pedagogia na instituição onde trabalhamos. Conforme etapas descritas a seguir: na primeira semana de aula os estudantes passam pela sensibilização acerca dos sentidos da docência e, do significado social de participar ativamente do processo formativo de outras pessoas. Num segundo momento são instigados a refletir sobre que profissional desejam tornar-se e, que marcas querem deixar nos educandos. Num terceiro momento pesquisamos sobre autoformação e, no momento seguinte elaboramos seu projeto autoformativo para ser vivenciado durante o período letivo. A seguir é descrito a percepção de estudantes que vivenciaram a prática da autoformação.

Depois de tudo que foi vivenciado até aqui, fica evidente que a autoformação é algo necessário e indispensável para todo aquele que quer se tornar um verdadeiro profissional comprometido com sua formação, e em especial para nós futuros professores que temos em mãos a tarefa de oferecer uma educação de qualidade àqueles que precisam dela para enxergar uma melhor condição de vida, aqueles os quais os poderes públicos fazem questão de não oferecer educação de qualidade para que continuem onde estão, sem nem uma possibilidade de acesso, então cabe a nós professores fazer o que for possível para manter visível para essas pessoas um caminho que possa lhe oferecer um futuro melhor, e isso só será possível se nos empenharmos em nos tornarmos os melhores profissionais que podemos ser. (Estudante de Pedagogia, 5º período, 2017)

Outra estudante descreve sua percepção nos seguintes termos,

Diante de toda situação educacional vigente, entendemos que as variáveis que corroboram para o caos, são inúmeras. No entanto, o que nos cabe como profissional da educação é trabalharmos com esmero a autoformação e cautela para sabermos que não podemos fazer toda a mudança em um clique, mas que é um processo lento, e de muitas curvas, pois toda mudança requer esforço e mudarmos de atitude na formação profissional e, isso não se faz de maneira linear. E sim, com resiliência para seguirmos o alvo desejável, aprendendo a cada etapa vivida no processo em curso. E nesse sentido, precisamos aprender com qualidade para que o ensino aprendizagem surta o resultado que a sociedade atual necessita. (Estudante de Pedagogia, 5º período, 2017)

Tais relatos indicam que a autoformação propicia o despertar do olhar para as exigências do tempo presente, e isso, é algo significativo, afinal formar professores para uma sociedade em metamorfose cultural, política e econômica é o desafio que está posto. Argumenta-se em favor de um fazer docente que dê conta de responder às exigências educacionais de um País desigual

como é o caso do Brasil. Para vencer este desafio de proporções imensuráveis são requeridas contribuições de diferentes atores e instituições sociais. E, uma dessas instituições é a universidade pública.

Dentre outras atribuições a universidade pública tem a incumbência de oferecer a Educação Superior a qual, conforme estabelecido na LDB, Art. 43 tem por finalidade

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

Então, atentos a este pressuposto legal de 'suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento' é que temos vivenciado a experiência de orientar e acompanhar o desenvolvimento de projetos autoformativos, na perspectiva de sensibilizar os estudantes em formação, da imperiosa necessidade de que cada um chame 'para si' a responsabilidade de aprender com autonomia, com vistas a 'desenvolverem práticas pedagógicas propositivas que resultem em autênticas melhorias do ensino e, por conseguinte, da aprendizagem.

Ainda de acordo com a LDB, Art. 43, Inciso IV também é finalidade do ensino superior "estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta, uma relação de reciprocidade." No contexto brasileiro as mazelas sociais são muitas e, em diferentes áreas. Neste estudo, fazemos destaque para o analfabetismo que conforme mencionado anteriormente chega a 11,8 milhões de analfabetos, sendo que metade desse percentual está no Nordeste. Esse quadro desafia-nos enquanto docentes do ensino superior e pesquisadores.

Por fim, o Inciso VIII, do Artigo 43 preconiza que o ensino superior deva

[...] atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015) (BRASIL, 1996)

Assim, fica evidente a obrigação legal do professor, da professora do ensino superior, por meio do ensino, pesquisa e extensão, contribuir para o aprimoramento da Educação Básica. Sobre tudo, no que concerne a formação e capacitação docente para atuar no complexo contexto brasileiro marcado pela desigualdade social e pelas imensuráveis fragilidades educacionais, como mostra Carvalho (2011, p.1)

Até poderia ser, mas não é! Não é o Fluxo de capitais financeiros - especulativos e virtuais - no sistema econômico global que me preocupa. Como educadora brasileira, é o fluxo de nossas crianças pobres - sobreviventes e reais - no sistema educacional brasileiro que me tira o sono. Como educadora responsável que sou, é a responsabilidade da Pós-Graduação brasileira nesse fluxo humano que me desafia. Em nosso país, tão importante quanto a queda de juros, do dólar e da inflação é a queda do índice nacional de repetência, evasão e distorção idade-série na Escola Pública Fundamental. É neste setor que se encontra o locus básico do fracasso de nosso sistema educativo há décadas. É ali, na Escola Pública de Ensino Fundamental, que a educação brasileira dá um verdadeiro nó, complicado e difícil de desatar - "um nó górdio".

A nosso ver, o aprimoramento da Educação Básica constitui-se num desafio de primeira ordem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 em seu Art. 3º, Inciso IX estabelece que "o ensino será ministrado com base no princípio da garantia de padrão de qualidade". Entretanto, o conhecimento empírico de nossa realidade, as pesquisas científicas e os dados estatísticos, tudo leva a crer que o sucesso desejado no âmbito de um ensino com qualidade social ainda permanece como um propósito a ser alcançado.

Ao lançarmos um olhar crítico sobre a realidade brasileira vê-se que progressos obtidos no campo científico e tecnológico estão longe de chegar a muitos segmentos brasileiros. Um destes segmentos é a escola pública de Educação Básica que padece simultaneamente do histórico descaso governamental e dos resquícios da tradição de uma educação escolar pautada no tecnicismo. Tal contexto, impõe-nos a obrigação de pensar cientificamente alternativas que superem os discursos vazios e avancem no plano da transformação social.

É nessa perspectiva que o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) adverte "a educação básica se configura como um assunto estratégico e digno da atenção de todo o Sistema Nacional de Educação, inclusive do Sistema Nacional de Pós-Graduação". (BRASIL, 2010, p.158)

Outro documento produzido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social afirma que 'o nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual. Persiste um elevado contingente de analfabetos reforçando a desigualdade. São mais de 14 milhões de analfabetos.' (BRASIL, 2010, p.159)

Este cenário demanda da universidade pública, mais do que discursos que denunciam a necessidade de mudanças. Demanda ações que venham a favorecer efetivamente a melhoria da Educação Básica na Região. A universidade pública, e de modo particular, a pós-graduação não pode eximir-se desta responsabilidade social.

No que se refere à pós-graduação, dois aspectos devem ser considerados, primeiro trata-se da investigação científica como meio de atualização científico-cultural que permitir um agir mais elaborado e com maiores possibilidades de sucesso. O outro aspecto refere-se à socialização dos conhecimentos produzidos no âmbito da pós-graduação "necessitamos fazer com que esses conhecimentos sejam colocados ao alcance dos cidadãos brasileiros de todos os recantos do País, especialmente as crianças e os jovens." (BRASIL, 2010, p. 157)" com vistas a melhorar o padrão de qualidade do ensino básico, proporcionando, assim, desenvolvimento humano, econômico e social. Penso que a pesquisa-ação sistematizada, neste texto é uma forma concreta de fazer chegar, às professoras alfabetizadoras, conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico.

#### **Percurso metodológico**

Um caminho de pesquisa não ocorre ao acaso, ao contrário advém do modo particular como compreendemos o mundo e nos relacionamos com ele, para assim, produzirmos conhecimentos. Vincula-se também ao que pretendemos saber, conhecer e, se possível intervir.

Neste estudo a intencionalidade precípua é conhecer, compreender e, ao mesmo tempo contribuir com o processo de autoformação das professoras do 1º ano do Ensino Fundamental. Tal percurso apoia-se no parâmetro da reflexividade como substrato para a produção de conhecimento. Nesta investigação, tanto o saber do professor universitário quanto do professor da Educação Básica, são valorizados. Para Zeichner (2008, p.539),

a "reflexão" também significa que a produção de conhecimentos novos sobre ensino não é papel exclusivo das universidades e o reconhecimento de que os professores também têm teorias que podem contribuir para o desenvolvimento para um conhecimento de base comum sobre boas práticas de ensino.

Nesta pesquisa o processo reflexivo tem como alvo a formação docente, de modo mais específico, o modo como as professoras alfabetizadoras têm pensado e conduzido seu processo de autoformação, o qual será analisado a partir das dimensões: humana, técnica e política, as quais são apontadas por Libâneo (2013) como parâmetro fundamental para a constituição do sujeito docente.

Assim, o percurso metodológico será estabelecido referencialmente pela pesquisa bibliográfica e pela pesquisa-ação.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

É válido destacar que a pesquisa em tela objetiva além de conhecer o processo autoformativo das professoras, também intenciona promover um diálogo do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, na perspectiva de desenvolver um trabalho colaborativo que promova a interlocução entre os saberes produzidos no âmbito da academia e os saberes constituídos na vida e na profissão das professoras alfabetizadoras. É partindo dessa premissa que nos propomos a desenvolver uma pesquisa-ação. Para Fonseca (2002, p.34),

a pesquisa-ação pressupõe uma participação planejada do pesquisador na situação problemática a ser investigada. O processo de pesquisa recorre a uma metodologia sistemática, no sentido de transformar as realidades observadas, a partir da sua compreensão, conhecimento e compromisso para a ação dos elementos envolvidos na pesquisa.

Convém destacar que na pesquisa-ação

[...] o investigador abandona o papel de observador em proveito de uma atitude participativa e de uma relação sujeito a sujeito com os outros parceiros. O pesquisador quando participa na ação traz consigo uma série de conhecimentos que serão o substrato para a realização da sua análise reflexiva sobre a realidade e os elementos que a integram. A reflexão sobre a prática

implica em modificações no conhecimento do pesquisador (FONSECA, 2002, p. 35).

Nesta pesquisa-ação, a proposta é conduzir um processo sensível, reflexivo e sistemático de modo que as professoras alfabetizadoras reflitam sobre o modo como têm conduzido sua autoformação, despertem para as múltiplas possibilidades formativas advindas das novas tecnologias, percebam os impactos no processo de ensino que podem emergir dessa prática autoformativa. E, por fim, propomo-nos mediar itinerários autoformativos que considerem a dimensão humana, técnica e política. A coleta de dados dar-se-á inicialmente por meio de 02 seções de grupo focal. Sobre esta técnica de coleta de dados, Barros (1990, p.63) esclarece que

[...] é uma técnica de entrevista em grupo que busca coletar informações dos sentimentos e opiniões dos investigados, sobre uma determinada questão. Alcança maior número de pessoas num menor tempo, e aprofunda o tema em função das diversas opiniões.

Para conduzir o grupo focal será elaborado um roteiro de perguntas acerca da autoformação que constitui objeto central dessa investigação. Tais perguntas serão direcionadas aos sujeitos da pesquisa os quais serão convidados e motivados a expor suas concepções e práticas autoformativas. As sessões de entrevistas em grupo serão gravadas em áudio, transcritas, apresentadas para conferência aos sujeitos da pesquisa e, após este processo serão incorporadas às análises finais. Após as seções de grupo focal também serão realizados 03 seminários com os sujeitos da pesquisa para orientação e acompanhamento dos projetos autoformativos.

A análise das entrevistas será realizada com apoio na análise de conteúdo de Bardin (1977). Esta investigação tem ancoragem metodológica nos princípios norteadores da investigação qualitativa de caráter empírico e exploratório. Os dados produzidos por meio dos procedimentos aqui registrados serão sistematizados e analisados apoiando-se nos referenciais teóricos consultados no decurso da investigação.

## Resultados

Por tratar-se de uma investigação em curso, os resultados sistematizados até o presente momento são inerentes a primeira etapa da investigação, portanto, obtidos a partir da pesquisa bibliográfica. O exame teórico empreendido aponta para a relevância da temática em apreço. As informações aqui registradas mostram que há de fato uma estreita relação entre a formação docente e a qualidade do ensino e, que neste amplo e significativo processo, a autoformação ocupa lugar privilegiado em função das condições históricas atuais, posto que o desenvolvimento científico e tecnológico alcançado nos tempos hodiernos permitem a democratização da informação que é um substrato fundamental para a construção do conhecimento.

A consulta teórica permitiu ainda ratificar a compreensão do papel de sujeito que o professor ocupa no sistema educacional como um todo e, de modo particular, no que se refere à formação. Assim, os achados desta pesquisa vêm ratificar a relevância do protagonismo docente no que concerne ao seu próprio processo formativo. As informações aqui registradas também mostram que a autoformação é um meio eficaz de que as professoras tornem-se cada vez mais reflexivas do seu fazer pedagógico e social que, por conseguinte, trará melhorias ao processo de ensino.

## Referências

- ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.** Ed. Moderna. Disponível em: [https://www.google.com.br/search?q=anuario+brasileiro+da+educa%C3%A7%C3%A3o+basica+2018&rlz=1C1AVFA\\_enBR741BR741&oq=anuario+brasileiro+da+ec8>](https://www.google.com.br/search?q=anuario+brasileiro+da+educa%C3%A7%C3%A3o+basica+2018&rlz=1C1AVFA_enBR741BR741&oq=anuario+brasileiro+da+ec8>) Acesso em 01 de setembro de 2018. BARROS, Aídel de Jesus Paes de. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. RJ: Vozes, 1990.
- BARDIN, J. L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- B R A S I L . **Constituição Federal** (1988). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html) Acesso em 05 de setembro de 2018.
- Lei n. 9394 de 20 dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. Seção 1, n. 248 p. 27833-27841. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em 01 de setembro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação** [PNPG] 2011-2020. Brasília: CAPES, 2010. v. 1.
- CARVALHO, M. S. **A escola pública de Ensino Fundamental nos projetos e relatórios de pesquisa do CNPQ.** Disponível em [http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=pt-BR&ie=UTF8&rlz=1T4ADSA\\_pt-BRBR333BR334&q=Merise+S+Carvalho](http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=pt-BR&ie=UTF8&rlz=1T4ADSA_pt-BRBR333BR334&q=Merise+S+Carvalho) Acesso em 15 de fevereiro de 2011.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** (2010). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf> Acesso em 01 de setembro de 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática teoria da instrução e do ensino. In: **Didática.** São Paulo: Cortez, 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MOITA, Maria da Conceição. "Percurso de formação e de Trans-formação" In: NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** EDUCA, Lisboa, 2002.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António. (Coord.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo.** Uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- ZEICHNER, Kenneth M. Uma análise crítica sobre a "reflexão" como conceito estruturante na formação docente. **Educação & Sociedade,** Campinas, vol. 29, nº. 103, 2008, p. 535-554. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 07 de setembro de 2018.